

**Marcos históricos da inserção das mulheres na imprensa:  
A conquista da escrita feminina**

*Karina Janz Woitowicz<sup>1</sup>*

Acesso à leitura, à escrita e ao jornalismo. Estas foram etapas trilhadas pelas mulheres - não sem esforços e embates - para garantir o direito à expressão e a defesa da cidadania. Alguns marcos desta trajetória são destacados neste texto, que parte das primeiras manifestações das mulheres no campo da escrita para demarcar a constituição de uma imprensa propriamente feminista. Um caminho que mostra a ousadia e a resistência das mulheres no processo de inserção, gradual, na esfera pública.

O marco inicial que indica o surgimento da mídia alternativa feita por mulheres acontece ainda no século XIX, com a publicação de jornais que discutiam principalmente a participação política das mulheres e as mudanças de costumes. Ou seja, as experiências de produção de veículos (inicialmente femininos, depois feministas) acompanharam as lutas das mulheres por direitos, inclusive o direito à escrita. E lançaram as bases do que seria, décadas mais tarde, uma imprensa assumidamente feminista.

Segundo Bettina Peters (1996), é provável que a mulher que penetra no mundo profissional do jornalismo no fim do século XIX, tradicionalmente masculino, se conscientize como feminista em sua luta por defender o direito a escrever e a ocupar um posto na imprensa. Algumas personagens se destacam como pioneiras neste trabalho, que foi fundamental para abrir espaço para discutir questões de interesse das mulheres. A primeira profissional do jornalismo na Europa, segundo Pedro Gómez Aparício (apud PETERS, 1996, p. 07), foi Francisca de Aculodi, que em 1683 fundou e dirigiu, na cidade de San Sebastián, na Espanha, o jornal *Noticias Principales y Verdaderas*. Aculodi se adiantou por 19 anos a inglesa Elisabeth Mallet, que fundou o famoso *Daily Courant*.

Nelly Bly (1864-1922) é considerada a primeira repórter investigativa nos Estados Unidos, atuando durante mais de 40 anos na profissão. Abraçou o feminismo, defendendo o direito das mulheres a escrever, a educar-se e a trabalhar como

---

<sup>1</sup> Jornalista, professora Dra. do curso de Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR). E-mail: karinajw@hotmail.com

jornalistas. O ingresso das mulheres no jornalismo, no entanto, se deu também através de outras formas, como explica Bettina Peters:

Las mujeres que advienen al feminismo desde otros caminos, como son la lucha obrera, el magisterio o el derecho, aprenden pronto que la divulgación de su causa es esencial, por lo que, para cumplir la misma, les es necesario apropiarse de la prensa. (PETERS, 1996, p. 07)

Os periódicos feministas, ou orientados especificamente para a mulher, mas que se diferenciavam do tratamento de temas considerados tradicionalmente femininos (como casa, família, moda, etc) surgirão mais tarde, entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX. Amy Farrell recupera alguns aspectos históricos da imprensa feminista:

No século XIX, as ativistas publicaram uma série de periódicos, como o *Woman's Journal* e o *The Revolution*. A maior parte tinha patrocinadores e circulação relativamente pequena. Alguns, como o *Revolution*, de Susan B. Anthony, falavam sem meios termos a respeito dos direitos das mulheres. Radical em sua abordagem, o *Revolution* não era particularmente popular entre o público em geral, ou entre a maioria das mulheres. Autoridades públicas, em particular o Encarregado Geral dos Correios, argumentavam que o jornal desafiava os padrões de respeitabilidade em suas tentativas, às vezes bem sucedidas, de censurar essas publicações. No final do século XIX e início do XX, foram publicados numerosos jornais sufragistas, tanto de circulação nacional quanto local. Diferentemente do *The Revolution*, falavam principalmente às mulheres, servindo como importantes ferramentas organizacionais para o movimento sufragista. Outros jornais da época como o *The Woman Rebel*, da defensora do controle de natalidade Margareth Sanger, eram extensivamente censurados. Ações legais impetradas em cortes federais contra Sanger e seu jornal chegaram a obrigá-la a deixar o país. (FARRELL, 2004, p. 44)

No Brasil, as atividades de mulheres em jornais também foram expressivas, ainda no século XIX. No mesmo momento em que surgiam publicações voltadas ao público feminino, que se ocupavam de assuntos como moda, culinária e cuidados domésticos, também eram criados espaços que problematizavam a 'condição da mulher'. Segundo Céli Pinto, este tipo de manifestação das mulheres através da mídia aponta para a "existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas" (2003, p. 33).

É importante lembrar que as publicações destinadas às mulheres, na primeira metade do século XIX - que traziam literatura, moda, beleza e regras de comportamento - eram escritas por homens. Mas, mesmo que a fundação de um jornal de mulheres tenha acontecido somente nos anos 1850, antes disso já havia mulheres que atuavam como colaboradoras nos jornais e que foram gradativamente abrindo espaço para a escrita feminina, ainda que em alguns casos sob o disfarce de pseudônimos masculinos. Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres a escrever em periódicos, publicando textos no jornal *Espelho das Brasileiras*, em Pernambuco.

Zahidé Lupinacci Muzart (2003), em artigo sobre as mulheres escritoras no século XIX, observa que além da presença da literatura feminina nos periódicos da época, as mulheres publicaram também muitos livros, embora tenham sido esquecidos. Para a autora, “o esquecimento das escritoras do século XIX é um esquecimento político. Pois não só porque mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra” (2003, p. 227).

De acordo com Muzart, uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos: “em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto” (2003, p. 226). Registra-se que o primeiro jornal fundado por uma mulher em nosso país foi o *Jornal das Senhoras*, de Juana Paula Manso de Noronha, em 1852.<sup>2</sup> O periódico, redigido inteiramente por mulheres, abordava temas como moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. E, segundo Muzart (2003, p. 227), era sobretudo “um motor impulsionador de instrução, de educação, de mudança de atitudes, de idéias”.

Há, contudo, uma controvérsia no que seria o primeiro periódico feito por mulheres. Os registros são imprecisos, e tendem a valorizar uma ou outra experiência que teve maiores impactos. Zahidé Muzart, ao recuperar a história da poetisa, escritora, professora e jornalista Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, nascida em Viamão/RS, diz ela que ela pode ser considerada como feminista e fundadora do primeiro jornal dirigido por uma mulher: *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (o

---

<sup>2</sup> Juana, entretanto, era argentina, nascida em Buenos Aires, onde atuou como professora, jornalista, dramaturga e romancista. A jornalista viveu poucos anos no Brasil, onde, além de fundar *O Jornal das Senhoras*, foi redatora de periódicos no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Sobre a vida e a obra de Juana, ver: MUZART, 2003.

*Belona*), semanário que teve seu primeiro número publicado em novembro de 1833. “E um jornal que provavelmente não trazia nem bordados, nem culinária, nem boas maneiras. Por isso, estava muito à frente do seu tempo!” (2003, p. 230). Era, portanto, um jornal político, diferente do *Jornal das Senhoras*.

Impasses à parte, é importante considerar que o pioneirismo destas mulheres serviu de inspiração para o desenvolvimento de uma ‘imprensa feminina’, que eclodia em todo o país.

Os títulos sucediam-se. Entre a moda e a literatura, a imprensa feminina brasileira caminhava. Com nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, todos metáforas da figura feminina, foram editados *A Camélia*, *A Violeta*, *O Lírio*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *O Beija-Flor*, *A Esmeralda*, *A Grinalda*, *O Leque*, *O Espelho*, *Primavera*, *Jornal das Moças*, *Eco das Damas* e assim por diante. (MUZART, 2003, p. 228)

Uma importante representante de um jornalismo mais comprometido, de defesa dos direitos das mulheres, foi Francisca Senhorinha Diniz, que discutia o voto feminino e a importância de educar as mulheres, com vistas à sua emancipação. Conforme relata Céli Pinto,

Francisca Senhorinha Motta Diniz foi possivelmente a primeira mulher a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”. Em 1873 fundava em Minas Gerais *O Sexo Feminino*, que teve dois anos de duração naquele estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e reeditou o jornal, que durou até 1890, passando a chamar-se *15 de Novembro do Sexo Feminino* a partir da Proclamação da República. Este era um jornal que tinha tiragem quinzenal e algumas peculiaridades, pois além da preocupação com o voto, generalizada entre as mulheres que lutavam por direitos, interessava-se pelos direitos civis. Já em 1873, Francisca Diniz alertava em artigo para a ignorância em que as mulheres se encontravam em relação a seus direitos no casamento e o perigo a que estavam expostas diante de maridos que faziam do casamento uma forma de enriquecer. Segundo Francisca, as mulheres tinham de estar conscientes de seus direitos e não podiam se deixar enganar. Diante dessa situação, pregava uma educação real das mulheres, que as levaria à emancipação. (2003, p. 31)

Outras experiências de imprensa independente também marcaram a história do feminismo<sup>3</sup>: *O Domingo* (1874), *Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *Echo das Damas* (1879), *A Voz Feminina* (1900) e *A Família* (1888). Este último, produzido por

---

<sup>3</sup> Em 1910, Ernestina Lésina publicava em São Paulo o jornal “Anima Vita”, dirigido às mulheres, que lutava pela regulamentação do trabalho feminino.

Josefina Álvares de Azevedo, jornalista e dramaturga sufragista, manteve-se em circulação por quase dez anos. Nas palavras de Céli Pinto,

Outro jornal importante da época foi editado por Josephina Álvares de Azevedo, irmã do famoso poeta. Entre 1888 e 1897, publicou em São Paulo o jornal *A Família*, que tinha grande preocupação com a educação da mulher como forma de liberação. (...) Josephina foi uma das mais ferrenhas militantes do voto feminino nos primeiros anos da República, tendo escrito uma peça de teatro (*O voto feminino*) que, em tom de comédia, ridicularizava os homens que não aceitavam o voto das mulheres; teve apenas uma apresentação pública. (...) Quando não conseguiu mais encenar a peça, transformou-a em um folhetim que publicava no rodapé de seu jornal. (2003, p. 32)

A partir deste momento inaugural, que contou com a participação de personagens femininas que atuavam praticamente sozinhas por meio dos jornais na defesa dos direitos das mulheres, o movimento feminista passa a contar com suas próprias publicações (jornais, panfletos, cartazes, revistas, etc) como instrumentos para o fortalecimento de suas lutas. Ao longo do século XX, além da gradativa incorporação das mulheres aos veículos de comunicação, que aos poucos vão assumindo temas voltados aos direitos das mulheres (como participação política, condições de trabalho e mudanças culturais), registram-se experiências que podem ser entendidas como alternativas, pelo seu viés de contestação. Bertha Lutz cria em 1919 a Liga pela Emancipação Feminina, organização que lutava pela igualdade das mulheres, e a realização da Semana da Arte Moderna, em 1922, provoca o questionamento sobre determinados padrões culturais e artísticos. A conquista do voto feminino e a Legislação Trabalhista de proteção ao trabalho feminino, nos anos 1930, são outras importantes referências na trajetória das lutas das mulheres, em que se verificou a atuação da imprensa na disseminação de ideais feministas.

Depois da segunda metade do século XX, o país recebeu influências de movimentos de resistência cultural e política vivenciados no exterior e viu nascer o tropicalismo, bem como outras manifestações de vanguarda que promoviam questionamentos e anunciavam transformações de valores e pensamentos. No contexto dos anos 1960, a coluna de Carmen da Silva, na revista *Cláudia*, traduzia as mudanças de comportamento e anunciava a emergência de conquistas e rupturas na vida das mulheres, preconizando as bandeiras do movimento feminista.

Mas o momento mais significativo da história do feminismo, que contou com a participação da mídia alternativa, situa-se nas experiências de comunicação que acompanharam a segunda onda do feminismo no Brasil, que ocorre no período da ditadura militar (1964-1985). Diante da criação de grupos feministas no país, surgem publicações entre o final dos anos 1970 e o início dos 80 que, com orientações editoriais distintas, inserem o debate sobre diversas questões feministas nos meios da política, da intelectualidade e em setores de base.

As experiências dos grupos feministas e de mulheres apontavam cada vez mais para a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças. Em um Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1981, entre as temáticas discutidas ganhava destaque a comunicação. O evento, transcrito no livro *Mulheres em Movimento*, discutiu o papel educativo dos meios de comunicação, considerando que cumprem “não apenas o seu sentido conservador de reprodução da ideologia dominante, mas também, o seu sentido de mudança enquanto focos de resistência e propagadores das novas idéias e valores” (BARSTED, 1983, p. 13).

Ao abordar a importância da criação ou reapropriação da mídia, Leila Barsted observa que na década de 1970 novos espaços foram surgindo para dar voz às mulheres, a partir de meios variados: revistas, boletins, jornais alternativos, luta por espaço dentro da grande imprensa, do rádio, da televisão e do cinema. Para ela, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história.” (1983, p. 16)

Entre estas experiências de imprensa alternativa feminista<sup>4</sup>, destacam-se os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987), que tiveram uma inegável contribuição para o debate em torno da necessidade de enfrentar novos desafios em uma sociedade marcada pela diferença e pela desigualdade entre os sexos, fortalecendo diversas reivindicações do movimento feminista.

---

<sup>4</sup> Antes mesmo das primeiras iniciativas de comunicação alternativa no Brasil, registra-se a participação de brasileiras exiladas em experiências de imprensa feminista durante a ditadura militar. Neste sentido, destaca-se a edição do periódico *Nosotras* (1974-1976), do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972.

Percebe-se que o movimento feminista, na medida em que se constitui como um espaço de resistência e luta em defesa das mulheres, passa a incorporar em suas ações diversas práticas relacionadas aos processos midiáticos. Os jornais, a partir de orientações distintas (que circulam entre o enfoque político, a luta de classes e questões ligadas à desigualdade entre homens e mulheres), promovem o debate sobre as causas do feminismo a partir da publicização de determinados assuntos na esfera pública.

Em outros termos, diante das diversas experiências que marcaram a história das mulheres na imprensa, é possível pensar a mídia alternativa como um lugar de resistência e construção de identidades, uma vez que o discurso projetado nos veículos constitui também um fazer/agir do feminismo, que conquista espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade. Trata-se, portanto, de uma história marcada por lutas e por conquistas femininas que se fazem, ao mesmo tempo, no campo social e no campo jornalístico.

## Referências

BARSTED, Leila Linhares. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16.

CARDOSO, Elizabeth. "Imprensa brasileira pós-1974". *Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PETERS, Bettina. "La barrera invisible". *Revista Perspectivas*. Santiago de Chile: Isis Internacional, n. 4, 1996. p. 03-07.

FARRELL, Amy Erdman. *A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular*. São Paulo: Editora Barracuda, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Revista Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.

MUZART, Zahidé Lupinacci. "Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX". *Revista Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.